

POPULAÇÕES TRADICIONAIS LITORÂNEAS: O MODO DE VIDA CAIÇARA

Valesca Camargos dos Santos

Geógrafa, Especialista em Geografia e Gestão do Território (UFJF), Mestre em Geografia (Unicamp),
Professora do Estado de Minas Gerais.
E-mail: valescarevistas@gmail.com.

Resumo

Há grupos tradicionais no litoral de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, os caiçaras, que surgiram há cerca de 500 anos a partir da miscigenação entre o europeu, o indígena e o negro. Esses grupos estabeleceram uma forte ligação com o meio em que vivem e organizaram-se social, econômica e culturalmente em torno da família e das atividades agrícola, pesqueira e, em menor grau, da caça. Essas comunidades estão diminuindo de forma progressiva e, por consequência, os seus saberes tradicionais também. O presente trabalho expõe a história de surgimento dessa população, sua organização social e espacial e os principais fatores que causam a sua transformação e diminuição. Pretende-se aqui contribuir para a difusão do modo de vida caiçara, que é tão rico e, ao mesmo tempo, ainda pouco conhecido.

Palavras-chave: Caiçara, modo de vida tradicional, ocupação litorânea.

Abstract

There are traditional groups on the coast of São Paulo, Paraná and Rio de Janeiro, caiçaras, which appeared about 500 years from the blending of European, indigenous and black. These groups have established a strong connection with the environment they live in and organized themselves socially, economically and culturally around family and agricultural activities, fishing and, to a lesser extent hunting. These communities are decreasing gradually and therefore also their traditional knowledge. This paper presents the story of the emergence of this population, their social organization and space and the main factors that cause decline and its transformation. The intention here is to contribute to the diffusion of caiçara way of life, which is so rich and at the same time, still little known.

Keywords: Caiçara, traditional way of life, coastal occupation

Comunidades tradicionais caiçaras

A humanidade passou, desde os seus primórdios, por transformações que levaram o homem a novas adaptações e usos do espaço, como no período do surgimento da agricultura, das primeiras cidades, da Revolução Industrial, da revolução cibernética e outros. Ao longo desses vários processos de adaptação do homem ao meio, as diferentes características físicas e culturais fizeram com que esses usos tivessem aconte-

cido de formas distintas e em tempos também distintos. Para Santos (1997, p. 67),

“Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai tornando-se cada vez mais complexo exigindo mudanças correspondentes às inovações. Através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra.”

Um dos momentos de transformação vividos pela humanidade é a globalização que, como se sabe, é um fenômeno mundial, mas que não ocorre na mesma proporção em todas as partes do planeta e há vários lugares onde ela nem chegou, o que mostra que a relação do homem com o meio e do homem com o homem não acontece com a mesma intensidade, havendo ainda pessoas que mantêm, mesmo que parcialmente, os seus modos de vida tradicionais baseados na pesca artesanal, na caça e na agricultura por vezes de subsistência, na observação dos fenômenos da natureza para saber o melhor momento para plantar ou colher, na utilização das plantas da região para curar doenças, na crença nos espíritos e na sua forte influência na vida do grupo e outros.

Ao longo de parte do litoral brasileiro, há algumas populações tradicionais denominadas caiçaras, que ainda preservam parte do seu modo de vida praticando a pesca artesanal, a agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal e, menos frequentemente, a caça. Esses grupos sociais, durante a sua história de ocupação, estabeleceram uma profunda relação de dependência com os ambientes à sua volta e isso fez com que eles conquistassem também um grande conhecimento sobre esses mesmos ambientes, que foi passado aos mais novos e ainda é preservado em alguns poucos lugares. Alguns grupos humanos conseguiram manter essa relação e outros mudaram muito pouco até os dias atuais, como algumas comunidades tradicionais caiçaras.

O termo caiçara se originou do tupi-guarani (*caáica*) que, segundo Sampaio, citado por Adams (2000, p. 103), significa homem do litoral. Para os grupos indígenas dos quais descendem os caiçaras, esse termo (*caá*, mato; *ica*, armadilha) era utilizado para denominar as estacas colocadas no entorno das aldeias e também para designar as armadilhas produzidas com galhos de árvores para pegar peixes nos rios ou a cerca de pau-a-pique construída ao redor da roça para protegê-la de animais. Silva (2004, p. 49) complementa explicando que o termo caiçara representa o pescador da região centro-sul brasileira, em particular aquele que habita o litoral paulista. Com o tempo, a palavra caiçara passou a significar a casa de palha construída para abrigar as canoas e os instrumentos de pesca na beira do rio ou no *combro* (termo caiçara), que são as dunas que marcam o limite entre a praia e a terra firme.

Os caiçaras transmitem os seus diversos saberes de uma geração para outra além de manterem uma forte ligação com a Mata Atlântica, bioma onde ocorre a presença dessas comunidades. Muitas delas se

mantiveram assim em função de um certo isolamento em relação ao desenvolvimento urbano e industrial e isso garantiu que a sua cultura fosse pouco alterada. Segundo Diegues (2004, p. 22),

“A tradição caiçara é entendida como um conjunto de valores, de visão de mundo e de simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações sociais marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza, de música e danças associadas à periodicidade das atividades de terra e de mar, de ligações afetivas fortes ao sítio e à praia. Essa tradição, herdada dos antepassados, é constantemente re-atualizada e transmitida às novas gerações pela oralidade. É por meio da tradição que são usadas as categorias de tempo e espaço e é mediante essas últimas que são interpretados os fenômenos naturais”.

Se essas comunidades forem valorizadas e a sua história for preservada, serão preservados com elas muitos saberes necessários para compreender mais profundamente os ecossistemas de manguezais, restingas, praias, dunas, estuários, foz de rios, mares interiores, ambientes que ocorrem associados à Mata Atlântica. De acordo com Mansano, citada por Diegues (2005, p. 277), pode-se afirmar que,

“Visando compreender como se constitui a visão do mundo e o modo de vida dos caiçaras, torna-se necessário ir além da compreensão dos aspectos geográficos e étnicos do termo e ir de encontro ao campo simbólico e material gerado na relação dos caiçaras entre si, enquanto grupo social, e deles com o meio onde vivem. Torna-se necessário, então, adentrar nos aspectos culturais elaborados e vivenciados pelos caiçaras”.

Atualmente, existem poucas áreas no litoral brasileiro onde ocorre a presença de populações tradicionais ou de populações que guardam ainda parte das suas tradições, como os caiçaras. À medida em que as áreas urbanas se aproximam das áreas ocupadas pelos caiçaras, eles acabam sofrendo uma grande influência de outros modos de vida, o que nem sempre é benéfico, pois essa influência pode provocar uma espécie de genocídio da cultura tradicional, com a morte em pouco tempo de valores seculares e a condenação dessas pessoas à falta de lugar, pois elas deixam de pertencer ao seu lugar original e também não conseguem se adaptar completamente ao novo modo de vida urbana. Segundo Santos (2008, p. 328),

“Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

Isso significa que a mudança no modo de vida imposta por uma transformação que vem de fora faz com que grupos tradicionais tenham, ao longo do tempo, que abandonar os seus saberes em troca de saberes de uma nova forma de vida ou adaptá-los a eles, o que pode provocar uma alienação sobre si mesmo, sobre quem é o grupo e no que ele se transformou. Os caiçaras veem a sua cultura, que foi construída durante tantos séculos, sucumbir de maneira acelerada em nome de um modo de vida capitalista que não foi escolhido por eles, mas que estão sendo aí inseridos agressivamente. Suas terras diminuem, a poluição das águas prejudica a pesca, as leis ambientais que são feitas por aqueles que desconhecem a realidade dessas populações levam limitação de trabalho e fome e os mais jovens, que não querem levar a vida dos pais, migram para as cidades em busca de emprego e estudo. Em pouco tempo, os caiçaras farão parte da memória histórica e o seu conhecimento não mais existirá e, assim, serão perdidos saberes preciosos sobre o meio onde vivem.

História de surgimento da população caiçara

A história da população caiçara tem origem no início do Período Colonial (século XVI a XIX), mais precisamente quando os bandeirantes foram em direção ao interior da colônia a partir do litoral sul do atual Estado de São Paulo. Esse adentramento ocorreu no século XVII e as cidades de Cananéia e Iguape se destacaram como importantes centros de penetração do território da colônia através do rio Ribeira do Iguape e proporcionou o encontro, naquela região, do branco colonizador com o índio. De acordo com Queiroz, citado por Sanches (2004, p. 56),

“De modo geral, o povoamento da Baixada do Ribeira, especialmente o das áreas mais distantes e mais afastadas dos atuais centros urbanos é resultante da penetração dos colonos europeus através das vias fluviais.”

O Ciclo do Ouro (século XVIII) foi um período histórico com intensa dominação dos territórios interiores por parte dos colonizadores, pois havia a necessidade de explorar esse recurso mineral e ainda garantir a do-

minação da colônia. Os portos de Cananéia e de Iguape se sobressaíam no escoamento do ouro e de outros recursos igualmente importantes na época, como arroz, cana-de-açúcar e café. As primeiras vilas e núcleos caiçaras surgiram na região do litoral sul de São Paulo e essa população se formou pela mestiçagem do branco e do índio e, posteriormente, pela presença do negro, espalhando-se depois por outras áreas litorâneas de São Paulo e indo também para o litoral do Paraná e Rio de Janeiro. Silva, citado por Souza e Barrella (2004, p. 117), elucida que o período compreendido entre o século XVIII e o início do século XX foi marcado pela formação de comunidades tradicionais litorâneas paulistas que estabeleceram a atividade pesqueira como parte da sua economia. Marcílio (2005, p. 208) diz que os indígenas que conseguiram sobreviver aos massacres ocorridos no século XVI e que não fugiram para o interior do território acabaram por assimilar os novos modos de vida trazidos pelos conquistadores, que vinham por mar, e iniciaram nas áreas litorâneas as suas primeiras ocupações. Isso levou ao surgimento do caiçara, que depois teve o negro inserido nessa miscigenação. Em conformidade com Sanches (2004, p. 56),

“Há cinco séculos, portanto, como decorrência do processo de colonização no litoral sul paulista, formaram-se núcleos populacionais isolados ou pequenas vilas na região de Iguape e Cananéia; os caiçaras – as primeiras células familiares – nasceram desse contato entre o europeu, o índio e o negro. Esse contato se desenvolveu no contexto de uma relação direta e profunda com a Floresta Atlântica, afetada pelos ciclos econômicos regionais.”

As comunidades caiçaras ocorrem em três estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. No Rio de Janeiro, elas se encontram no litoral sul, na área do município de Paraty e de seu entorno. No estado de São Paulo, a presença do caiçara se dá em todo o seu litoral, excetuando-se hoje alguns pontos da Baixada Santista em função do avançado e intenso processo de urbanização que acontece aí e que fez com que muitos caiçaras fossem morar nas cidades ou migrassem para outros lugares. No Paraná, os caiçaras ocupam uma pequena porção do litoral norte e mantêm uma estreita relação com os caiçaras do litoral sul paulista. O litoral sul de São Paulo, destacando-se os municípios de Cananéia, Ilha Comprida e Iguape, é a região que possui maior número de caiçaras atualmente, mesmo sendo um número muito pequeno de pessoas. Segundo Manoel de Oliveira Lisboa, mais conhecido por Seu Nezinho e vice-prefeito de Ilha Comprida na gestão 2008 – 2012, este município conta hoje com cerca de 200 caiçaras.

O que explica o espalhamento dessas comunidades do litoral de São Paulo para o litoral do Paraná e Rio de Janeiro são as atividades exercidas por elas. A pesca, a agricultura e a coleta de frutos os fizeram ampliar sua área de influência em função da necessidade de ter de bons lugares para o plantio e de boas áreas para a pesca. Marcílio (2005, p. 208) mostra que essa ocupação foi sendo aos poucos espalhada, mas os grupos mantiveram como unidade elementar básica o grupo doméstico. Em alguns trechos desse litoral, havia algumas concentrações maiores e o porto, por onde saíam os pescadores, a igreja e a saída terrestre eram lugares de ligação entre essas comunidades. Essa dispersão acabou se tornando uma característica espacial marcante dos caiçaras. É importante ressaltar que esse espalhamento não foi feito de forma contínua, ou seja, a ocupação do território litorâneo pelos grupos caiçaras não é ininterrupto, havendo núcleos de populações esparsas que têm o mesmo modo de vida, porém com particularidades regionais.

A organização social e espacial caiçara

Para os caiçaras, a terra não tem valor de propriedade do ponto de vista do modo de produção capitalista. Para eles, a terra é considerada um lugar de moradia, de produção para a sobrevivência e de reprodução das suas manifestações culturais. A ideia de “dono da terra” para o caiçara significa aquele que primeiro abriu a área e cultivou o lugar, adquirindo o direito ao seu uso e transmitindo-o às gerações seguintes. Sanches (2004, p. 95) esclarece que

“O conceito de propriedade de terra inexistente no universo da cultura caiçara, tal como definido na sociedade capitalista. A terra sempre foi um lugar de moradia, de produção e reprodução sociocultural e não um bem ou reserva de valor comercial, ou seja, terra de trabalho e não de especulação.”

Entre as famílias caiçaras, não há limite entre as terras que determine onde começa o terreno de uma e onde termina o terreno de outra família, como muros ou cercas. A terra é de posse de uma família, que a herdou por conta da existência dos laços de parentesco, e a casa pertence à família nuclear. Alguns lugares nas terras caiçaras são sagrados e passar por ali só é permitido para pessoas de outras famílias quando o chefe da casa concede permissão. Portanto, o sentido de possuir uma determinada terra sempre esteve ligado ao valor histórico, memorial, afetivo e de sobrevivência

existente no cotidiano dos caiçaras. Conforme explica Setti, citado por Silva (2004, p. 58),

“Em geral, o caiçara não acumula bens. Até 1954, quando se iniciou em Ubatuba a corrida de terras, que antes dessa época não apresentavam nenhum valor especial, viva tranquilo em seu terreno ou posse; ninguém disputava sua terra e ele não se dava conta do valor que esta poderia vir a ter. Pescava e plantava o suficiente para comer.”

A unidade territorial do caiçara é denominada sítio, ou bairro em alguns lugares, e é onde o indivíduo vive com a sua família, faz a sua roça, estabelece o seu porto e mantém a comunicação com as demais famílias por trilhas ou por via aquática, com suas canoas. A unidade maior é a vila, onde estão localizadas a venda, igreja e escola. Essa relação entre as comunidades sempre foi expressa pela solidariedade e os mutirões se fazem presentes nas diversas atividades, como na construção de casas, abertura da roça e na distribuição do excedente agrícola e da pesca. Conforme expressa Diegues (2005, p. 296),

“Essa solidariedade não tinha somente função produtiva, mas facilitava o contato entre os vizinhos, estreitava os laços sociais, permitia a troca de informações e mesmo, às vezes, namoros e casamentos.”

Isso mostra que as relações sociais foram construídas a partir de laços íntimos de parentesco e de vizinhança e que, por sua vez, promoveram a garantia da subsistência dessas populações. Para que esses elos fossem estabelecidos, a concepção da terra não ser tratada como posse privada foi de fundamental importância. Isso propiciou a essas pessoas a autonomia de escolher os melhores lugares para plantarem e consolidarem suas famílias. À medida que a família aumentava ou outras vinham se afirmar ali, as relações de vizinhança se ampliavam e se fortaleciam, podendo dar origem a vilas caiçaras.

No momento de definir uma área para plantar e viver, o caiçara precisava saber se ali não tinha outra família estabelecida. A terra, na cultura caiçara, pertence à família que primeiro chegou e abriu a roça e o direito a ela sempre foi claro entre os caiçaras, mesmo diante da propriedade do ponto de vista jurídico da atualidade. Entre as casas mais próximas, sempre foram respeitadas as áreas de circulação, que funcionavam como corredores para que as pessoas pudessem transitar sem obstáculos. Uma área central grande, na frente das

casas, era mantida para que os caiçaras se reunissem em momentos para conversar, compartilhar as alegrias e tristezas, definir casamentos e falar sobre a pesca. Eram instantes de relaxamento, lazer e socialização.

Entre as muitas formas de relação social, destacam-se, além da vizinhança, a partilha, a camaradagem e o mutirão, também conhecido como puxirão. A partilha era feita a partir da divisão do excedente agrícola, pesqueiro e, por vezes, da caça. A camaradagem acontecia entre pessoas mais próximas, podendo ser da mesma família ou não, e era feita com o objetivo de auxiliar em uma atividade, como a caça. O mutirão acontecia e ainda acontece na hora da colheita e da construção e reparo de habitações e participavam homens, mulheres e crianças. O dono da roça ou da casa ficava responsável por fornecer o alimento às pessoas presentes e também por organizar a festa no final do dia, festa essa conhecida como fandango, que não tinha hora para acabar. Uma forma menor de mutirão era o auxílio, quando apenas poucos vizinhos participavam. Tanto no mutirão quanto no auxílio, o pagamento pelo trabalho era o fandango. Sanches (2004, p. 102) coloca que, geralmente, os mutirões eram organizados uma ou duas vezes por ano em cada povoado e, com o passar dos tempos, o auxílio se tornou mais frequente e o mutirão ficou mais raro por causa do seu custo e da diminuição das práticas agrícolas. Por consequência, o fandango também se tornou mais raro, ficando atualmente praticamente restrito às apresentações para turistas em algumas poucas comunidades, como em Cananéia, onde há exposições aos domingos à noite em uma praça central da cidade.

O modo de vida tradicional caiçara vem se transformando e são muitos os fatores que contribuem para isso. A expansão urbana e a especulação imobiliária influenciam e criam uma nova ordem espacial, a poluição torna a pesca mais difícil e faz com que haja necessidade de encontrar outras formas de obter alimento e a criação de unidades de conservação trouxe leis ambientais que tornaram algumas práticas proibidas, como a derrubada de trechos de Mata Atlântica para fazer a roça ou para usar a madeira na construção das casas, embarcações, remos e instrumentos musicais caiçaras.

Essas mudanças fazem com que muitos dos saberes construídos ao longo de séculos sejam substituídos por outros que vêm de fora. Muitos jovens não querem mais pescar e preferem estudar ou trabalhar com outras atividades, como de caseiros. As casas, antes feitas de madeira, passaram a ser construídas de alvenaria e os mutirões, típicos no levantamento das casas, quase não acontecem mais, pois esse trabalho passou a ser

feito por pedreiros e o fandango, antes tão importante, foi trocado pelo pagamento em moeda corrente. As áreas comuns entre as habitações caiçaras vêm sendo demarcadas e cercadas. Os barcos de madeira agora são feitos de outros materiais, como alumínio ou fibra de vidro, e usam o motor no lugar dos remos. Diante disso, esses conhecimentos, antes fundamentais para a sobrevivência do grupo, perderam a relevância e aos caiçaras mais velhos resta hoje o saudosismo dos bons tempos da pesca, das festas e da família como centro de suas vidas.

Considerações Finais

As comunidades caiçaras construíram seu conhecimento e seu modo de vida ao longo de séculos através de uma intensa ligação com o meio em que vivem. Suas relações sociais são, ao mesmo tempo, complexas e simples e a família sempre foi o centro da organização social, econômica e cultural dessas pessoas.

A dependência com o meio sempre foi extrema e, por isso, os caiçaras acabaram adquirindo um vasto saber acerca do funcionamento dos ecossistemas em que estão inseridos. Conhecê-los sempre foi fundamental para garantir a sobrevivência dessas populações. Esses saberes não são usados somente para salvaguardar o alimentos dos membros do grupo, mas também se manifestam culturalmente em festas e em momentos de lazer.

Parte desses grupos absorveram outros modos de vida e abandonaram muitas das suas práticas cotidianas, deixando para trás também o conhecimento sobre o ambiente à sua volta. O regime das marés, a direção e intensidade dos ventos, as fases da Lua, o comportamento de aves, a migração de peixes e crustáceos, os mitos e as crenças religiosas, atualmente, quase não são transmitidos aos indivíduos mais novos porque não há mais necessidade e também porque os jovens não se interessam por esse conhecimento. À vista disso, é preciso conhecer melhor o modo de vida caiçara para que, assim, possa haver uma maior valorização de sua cultura não só pelas pessoas que não fazem parte desses grupos, mas também por seus próprios membros para que a identidade caiçara, o sentir-se e ser caiçara não se percam definitivamente. Por conseguinte, se esses saberes forem melhor entendidos, poderão ajudar também a compreender ainda mais os diferentes ecossistemas que estão associados à Mata Atlântica, como manguezais, praias, restingas e outros, e a própria história de ocupação do território e de formação da população brasileira se utilizados em conjunção com o conhecimento científico e acadêmico.

Referências Bibliográficas

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na mata Atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000. 336 p.

DIEGUES, Carlos Antônio. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: DIEGUES, Carlos Antônio. **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2004. p. 21 – 48.

_____. Esboço da história ecológica e social caiçara. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Hucitec, v. 4, 2005. p. 273 – 319.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população, estudo da demografia histórica e da história social de Ubatuba. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Hucitec, v. 4, 2005. p. 199 – 220.

SANCHES, Rosely Alvim. **Caiçaras e a estação ecológica de Juréia-Itatins, litoral sul de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004. 207 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p.

_____. **A natureza do espaço habitado: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008. 384 p.

SILVA, Luiz Geraldo. Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caiçara. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2004. p. 49 – 70.

SOUZA, Milena Ramires; BARELLA, Walter. Etnoictiologia de pescadores artesanais da Estação Ecológica Juréia-Itatins (São Paulo, Brasil). In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2004. p. 117 – 131.